

**Jornalismo público no Brasil:
reflexões sobre uma prática jornalística engajada**

*Public journalism in Brazil:
reflections about an engaged journalistic practice*

Diuan dos Santos FELTRIN¹

Resumo

O presente estudo tem como objetivo propor reflexões sobre o jornalismo público, uma alternativa à prática jornalística atual. Por meio de pesquisa bibliográfica, busca-se a compreensão do papel social referente ao processo de construção das notícias, além de extrair a relação entre o jornalismo e a cidadania. Posteriormente, o estudo reflete sobre o atual contexto jornalístico vigente no Brasil e a possível aplicação do jornalismo público na prática jornalística diária e também sua contribuição para pesquisas nas ciências da comunicação.

Palavras-chave: Civic journalism. Jornalismo. Jornalismo público. Jornalismo cidadão.

Abstract

The present study aims to propose reflections about the public journalism, an alternative to current journalistic practice. Through a bibliographical research, it is sought the understanding of the social role referring to the process of newsmaking, besides extracting the relation between journalism and citizenship. Subsequently, the study reflects about the current journalistic context in Brazil and the possible application of public journalism in daily journalistic practice and also its contribution to research in the communication sciences.

Keywords: Civic journalism. Journalism. Public Journalism. Citizen Journalism.

Introdução

O processo de construção de notícias está a serviço de quem? A prática jornalística visa atender aos interesses corporativos ou caminha ao lado das demandas

¹ Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário Toledo, Araçatuba-SP. Especialista em Docência no Ensino Técnico e Superior, pelo Centro Universitário Toledo, Araçatuba-SP. E-mail: diuan.feltrin01@gmail.com

sociais? Existe um modelo jornalístico no Brasil que se apoia exclusivamente nos interesses da sociedade?

Estas perguntas norteiam o presente artigo, cuja finalidade é apresentar uma reflexão sobre a prática do civic journalism, conceito que propõe uma mudança no processo de *newsmaking*. A tradução literal desta vertente seria jornalismo cívico. No entanto, por ser um conceito criado nos Estados Unidos, nos referenciaremos a ele como jornalismo público, visto que a palavra civismo não possui o mesmo significado no Brasil e nos Estados Unidos.

Márcio Fernandes (2008), que se dedicou a estudar o tema, explica, no início de sua pesquisa, que a compreensão brasileira sobre os termos civismo, cidadania e cívico se difere do entendimento americano acerca destas temáticas, o que justifica a nossa escolha por discorrer sobre o civic journalism o nominando como jornalismo público. O autor afirma que “em terras verde-amarelas, esse trio de expressões está mais próximo das noções de patriotismo e nacionalismo do que da preocupação com questões coletivas pertinentes às cidades e seus moradores, tal qual nos Estados Unidos” (FERNANDES, 2008, p. 11).

Ainda pouco praticado no Brasil e praticamente ignorado nos cursos superiores de formação de jornalistas, esta vertente vem ao encontro do compromisso social do jornalismo, à medida que estimula o exercício da cidadania. A concepção desta forma de elaboração de notícias nasceu no jornalismo impresso e posteriormente foi expandido a outras mídias.

Neste estudo, apresentaremos conceitos que versam sobre este modelo de construção noticiosa. Por meio de revisão bibliográfica, refletiremos inicialmente sobre o jornalismo e o seu compromisso social, o que desencadeará também uma reflexão acerca do exercício da cidadania e como a prática jornalística pode contribuir para o fomento da mesma; posteriormente, faremos um levantamento histórico sobre as possíveis aplicações do jornalismo público no Brasil. Partiremos do argumento de que este jornalismo surge com o claro objetivo de “dar voz à população”, o que fica claro com o seu advento em meio ao contexto eleitoral americano no final da década de 1980.

As reflexões aqui apresentadas visam contribuir com as pesquisas referentes à prática do jornalismo, sobretudo pelo fato de que são escassos os materiais científicos que discorram sobre o jornalismo público no Brasil.

O jornalismo e seu compromisso com a sociedade

Antes de avançarmos no que se refere às especificações e conceitos do jornalismo público, vale apresentar alguns pontos que versam sobre o compromisso social da prática jornalística.

O jornalismo tem papel fundamental na vida dos cidadãos. Conteúdos propagados diariamente nos veículos de comunicação, sejam eles impressos ou eletrônicos, determinam a pauta discutida socialmente. Em contrapartida, se alguma informação não ocupar a agenda midiática, dificilmente este tema alcançará repercussão e, conseqüentemente, não terá impacto social algum. Por isso, partimos da premissa de que o jornalista, enquanto produtor de conteúdo, desempenha importante função no processo de construção do imaginário social acerca dos temas que aborda.

Conforme salienta Bordenave (1982), o jornalista é, primeiramente, um comunicador social e, portanto, um dos norteadores de sua prática profissional é responder às necessidades de pessoas reais, de modo a auxiliá-las em suas tomadas de decisões. Isso inclui o estímulo a uma consciência crítica e, por consequência, que seja capaz de transformar a realidade vigente, sobretudo quando interesses sociais são rebaixados por parte dos representantes do poder, nas mais diversas esferas.

Este viés apresentado por Bordenave (1982) relaciona-se a uma expressão bastante popular, que confere ao jornalismo o status de quarto poder², ou seja, que atue paralelamente aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, no papel de fiscalizador. Esta função garante à prática jornalística um compromisso ainda maior, visto que se trata de uma “responsabilidade com a estabilidade política e econômica do país, com a defesa da democracia” (ALBUQUERQUE, 2000, *apud* ABREU, 2003, p. 36).

Com base nestas afirmativas, compreendemos que os conteúdos jornalísticos são capazes de nortear a sociedade, a fim de fazer valer os preceitos básicos de uma democracia plena e, por conseguinte, estimular o bem-estar social.

Sobre o fato de a sociedade ser norteadada pelos conteúdos propagados pelas mídias, Traquina (2003, p. 14), citando McCombs e Shaw (1977), afirma que “a

² De acordo com Salviano (2014, p. 11) este termo nasceu na Inglaterra no início do século XIX. Nesta perspectiva, o jornalismo teria a função de “vigiar a atuação do Exeutivo, do Legislativo e do Judiciário, sempre com vistas a proteger a sociedade civil”.

capacidade da mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social”.

Ainda neste contexto, Medina (1982) salienta que o fazer jornalístico é uma atividade social, sobretudo pelo fato de que o jornalista retrata o cotidiano e o reproduz, alertando as populações sobre as diversas questões que permeiam o cotidiano, sejam elas sociais, políticas, econômicas, etc.

Ure (2008, p. 114)) reflete que inicialmente o jornalismo fora concebido como quarto poder – ainda não reconhecido constitucionalmente como tal - pela capacidade de “conter os abusos de poder e denunciar toda classe de irregularidades”. Mas, segundo o mesmo autor, apesar de desempenhar esta função, o contexto atual exige um jornalismo que tenha um papel mais ativo, que se converta em um defensor da sociedade a qual é dirigido. Não cabe, neste sentido, uma lógica jornalística pautada em interesses corporativos, ainda que reconheçamos que “notícia é mercadoria” (MEDINA, 1998).

Ure (2008) vai ao encontro desta mesma perspectiva ao afirmar que:

Sem dúvida, a notícia é um produto – é ridículo pretender que o meio enquanto empresa não trabalhe para aumentar o faturamento –, mas é muito mais que isso, é, sobretudo, um serviço. Quando a informação falta, a sociedade sofre um retrocesso em termos da “participação cidadã” e, em consequência, em termos de desenvolvimento (URE, 2008, p. 116).

Cabe ao jornalismo contribuir para o processo de construção da consciência geral de cidadania. Ainda segundo Ure (2008), é necessário “cidadanizar”. Ele explica: “fazer do habitante um cidadão que, interessado nos fins comuns que reúnem a sociedade, participa ativamente na definição e na conquista dos mesmos” (URE, 2008, p. 115).

Não obstante esta contribuição do jornalismo no processo de constituir cidadania, no que tange à conscientização quanto à importância da participação popular no processo de tomadas de decisões que engendrem benefícios a todos, é válido refletir sobre alguns conceitos concernentes à cidadania. Afinal, acreditamos que, embora o jornalismo cumpra a função de estimular a prática da cidadania, de nada adiantará os esforços se a própria sociedade não se pautar por ideias cidadãos.

Cidadania e sua relação com o jornalismo

Como a finalidade do presente artigo é analisar a prática do civic journalism, aqui traduzido como jornalismo público, vale apresentar algumas reflexões sobre o conceito principal que rege esta prática, a cidadania, bem como sua relação com o jornalismo.

Para ampliar os conhecimentos sobre a cidadania, Soares (2008, p. 2) se apoia na Antiguidade, quando o conceito refletia exclusivamente os privilégios das categorias sociais dominantes, em detrimento das subalternas. O autor também acrescenta que em cidades da Grécia, a cidadania era atributo dos proprietários, mas não de mulheres, escravos ou pobres. Em Roma, ser cidadão correspondia “a vantagens legais importantes da oligarquia, formada pelos patrícios, proprietários rurais que detinham o monopólio dos cargos públicos e religiosos” (SOARES, 2008, p. 2).

Outra concepção de cidadania, segundo Soares (2008), se dá no final da Idade Média e na renascença, quando o termo, em cidades da Itália e Alemanha, era garantia de “imunidade para mercadores e outras pessoas distinguidas contra as pretensões e prerrogativas de senhores feudais” (SOARES, 2008, p. 2).

A partir do século XVIII, o termo cidadania assumiu, segundo o autor (ibidem), um caráter libertário e ganhou o sentido contemporâneo de “luta por uma cidadania para todos”. Esta transformação se deu em sintonia com as revoluções francesas e americanas em prol do republicanismo.

Nesta busca histórica realizada pelo autor, percebe-se que a construção do termo cidadania foi sendo moldada com base em compreensões divergentes. Muitas outras interpretações sobre a consolidação da cidadania, bem como suas contradições, servem para compor uma epistemologia cidadã, e abrem brechas para outros trabalhos relacionados às ciências sociais.

Aqui, focaremos nestes conceitos para vincular a cidadania ao jornalismo. Qual o papel da prática jornalística diante da construção da cidadania? Soares (2008, p. 4) também considera que “é por meio da informação que os cidadãos podem fazer escolhas e julgamentos de forma autônoma”. E sustenta seu argumento ao citar Gentile (2005):

Penso o jornalismo como uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos (GENTILE, 2005, apud SOARES, 2008).

Como veremos adiante, o berço do jornalismo público é a imprensa americana, onde nasceu com o rótulo de civic journalism. Com base na comparação entre os processos de formação das civilizações brasileira e americana, fica evidente que o significado da terminologia “cidadania” possui hermenêuticas distintas nestas duas nações.

Mas, nesta análise, buscamos refletir sobre a aplicação do civic journalism na realidade da imprensa brasileira e, portanto, aqui está denominado como jornalismo público. Recorremos a Abreu (2003), que apresenta alguns vieses sobre a cidadania no jornalismo praticado no Brasil. Ela reflete sobre a retomada democrática do país, após vinte anos de ditadura, bem como os efeitos que este marco histórico desencadeou na imprensa nacional. Para a autora, com a redemocratização, novas orientações passaram a prevalecer na ação dos jornalistas.

Uma delas foi a ideia de que o jornalismo de "utilidade social" era um novo caminho a ser explorado. Até então prevalecia a noção de "responsabilidade social" da mídia, que atribuía aos jornalistas o dever de assumir os efeitos e as consequências de seus atos profissionais junto ao público - era o princípio anglo-saxão da imputabilidade. (ABREU, 2003, p. 30)

Na sequência, a autora argumenta que o conceito de “utilidade social” confere aos jornalistas a função de servir aos interesses concretos dos cidadãos e responder às preocupações dos leitores relacionadas às temáticas como “emprego, habitação, educação, segurança, qualidade de vida etc” (ABREU, 2003, p. 30). Este seria um dos princípios básicos do civic journalism, definido pela autora como “jornalismo cidadão”, outra nomenclatura comum ao enquadramento estudado. Este modelo considera a imprensa como mediadora e interventora na sociedade. Um enquadramento jornalístico que, nas palavras de Salviano (2009, p. 15) é capaz de abraçar causas sociais, conceder voz ao povo e despertar o desejo de participação ativa na sociedade democrática.

Ainda segundo Abreu (2003, p. 2), a cidadania e a prática jornalística são indissociáveis. “[...] a imprensa tem por função dar visibilidade à coisa pública, e a visibilidade é uma condição da democracia”. Este pensamento é corroborado quando a autora resgata que um dos mecanismos utilizados pelos regimes políticos totalitários é cercear o acesso do povo às informações, instaurando censura. E complementa: “a informação é decisiva para os movimentos de libertação contra a opressão”.

A partir das reflexões acerca da função social do jornalismo, as dimensões da cidadania e o papel da imprensa com relação à prática cidadã, apresentaremos o conceito de jornalismo público. Consideramos, num primeiro momento, que este modelo de produção de informações é uma ferramenta que coloca em prática o papel social do jornalismo. Por outro lado, como veremos adiante, ainda é pouco praticado pelos veículos de comunicação no Brasil, sobretudo na grande imprensa.

Jornalismo público: conceder voz à população

Um jornalismo que pudesse dar voz às populações. É com esta finalidade que nasce o civic journalism, traduzido literalmente como jornalismo cívico e denominado, neste estudo, como jornalismo público. Não existe um consenso entre os autores acerca do nascimento exato desta nova forma de se fazer jornalismo. A questão trazida por parte deles (FERNANDES 2008; TRAQUINA, 2003) é que foi a segunda revolução no jornalismo norte-americano, ao final da década de 80, após a expansão do chamado *New Journalism*, movimento que teve como precursores os literatos Gay Talese, Truman Capote e Norman Mailer, que passaram a trazer para suas reportagens elementos da literatura.

Ainda de acordo com Fernandes (2008), outro fator crucial para o surgimento do Civic Journalism ocorreu durante a eleição presidencial de 1988, quando o eleitorado americano se viu a ter que escolher entre o republicano George Bush e o democrata Michael Dukakis. David Merrit, editor do jornal *The Wichita Eagle*, no Kansas, “começou a sustentar que as coberturas políticas necessitavam proporcionar uma discussão mais séria sobre os temas envolvendo a coletividade e que havia interesse dos leitores que assim fosse” (FERNANDES, 2008, p. 25). Com isso, compreende-se que a intenção desta proposta de se fazer jornalismo iniciava envolta na necessidade dos

veículos de imprensa em recuperar a credibilidade junto aos leitores. Era necessário ao jornalismo se reinventar. Traquina (2003, p. 172) complementa: “Para este movimento, não há dúvidas de que o jornalismo está em crise, bem como a própria democracia”.

Resgatando o histórico do civic journalism, Traquina (2003, p. 173) traz a informação de que os primeiros experimentos deste modelo foram realizados no jornal da rede da companhia Knight-Ridder, o Columbus Ledger Enquirer, no Estado de Georgia, cujo objetivo era buscar junto à população quais eram as temáticas que mais a afligia. “O jornal abandonou seu papel tradicional de observador desligado e assumiu um papel de ativista na tentativa de melhorar a qualidade de vida na comunidade”.

Nesta perspectiva, podemos compreender que o civic journalism em nada se relaciona com o modelo de jornalismo que defende que a construção da notícia é um espelho³ da realidade e, portanto, distanciada dos contextos sociais. Afinal, a partir do momento em que assume o papel de ativista no acompanhamento das situações e na busca por soluções, simplesmente relatar os acontecimentos afasta o jornalista da proposta do civic journalism.

Seguindo esta linha de raciocínio, Morris Janowitz e Michael Kunczik (1997) são citados por Fernandes (2008). Os autores defendem que, no contexto do jornalismo público, já não cabe aos *gatekeepers*⁴ a determinação das pautas dos veículos de comunicação, mas sim aos jornalistas na condição de *advocates*. Ou seja, profissionais que caminham junto ao povo e que estejam comprometidos em melhorar a sociedade, trabalhando em convivência com as organizações midiáticas com o intuito de investigar as necessidades do público e divulgá-las, tendo como objetivo final a solução de diversas demandas.

Sobre os jornalistas atuarem como representantes da sociedade, na função de *advocates*, Paulo Celestino da Costa Filho (2006), citado por Persigo (2016), afirma que para jornalistas que se pautam por este enquadramento, a informação por si só não é suficiente e, por isso, cabe aos profissionais interpelar os cidadãos para que participem.

³ Traquina (2003) afirma que a Teoria do Espelho é uma das teorias do jornalismo mais antigas e que responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Neste sentido, o jornalista é, antes de tudo, um observador desinteressado, cuja missão é informar literalmente o que vê, contando o que aconteceu, doa a quem doer.

⁴ Em tradução literal, significa “guardião do portão”. É o jornalista visto como o “seletor” dos conteúdos que serão divulgados para o público. O profissional visto como o verdadeiro “portal” por onde passam as informações. Deixá-las entrar ou não é a função do jornalista.

“[o jornalismo público]⁵ propõe uma nova dinâmica da vida em sociedade, tendo a imprensa um fundamental papel não só como mediadora, mas como espaço de mediação” (COSTA FILHO, 2006 *apud* PERSIGO, 2016, p. 59).

Para o referido autor, os jornalistas são atores sociais, visto que atuam em seus contextos, não como meros observadores e relatores distantes do fato, como a teoria do espelho sugere, mas como agentes participantes. Ao atuarem sob o viés do jornalismo público, os jornalistas “buscam construir públicos vitais para o debate, a deliberação e o engajamento na busca pelas soluções” (PERSIGO, 2017, p. 59). O compromisso do jornalista, portanto, vai além de dar visibilidade aos temas, mas, sobretudo estimular a sociedade e promover o encaminhamento de suas demandas.

As discussões apontam que o jornalismo público vem ao encontro dos preceitos do chamado “bom jornalismo⁶”. Não nasce como uma nova forma de construção de notícias, mas retoma a essência do jornalismo, comprometido com a melhoria das condições de vida das populações por meio do acesso à informação e, principalmente, com a participação efetiva do povo nos conteúdos que pautam a mídia. Porém, esta corrente propõe algumas transformações no modelo jornalístico seguido como padrão, conforme salienta um de seus pais-fundadores, David Merrit (1995) citado por Traquina (2003, p. 13):

Ir para além a missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) Deixar para trás a noção do ‘observador desprendido’ e assumir o papel de ‘participante justo’; 3) Preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos.

Ao verificarmos, porém, estas características apontadas ao civic journalism, nos cabe refletir criticamente sobre sua efetiva aplicação nos veículos de comunicação no contexto atual. Não podemos negar que interesses mercadológicos regem a prática

⁵ Grifo nosso.

⁶ Eu sua tese de mestrado, Salviano (2009) alerta para o cuidado de não se confundir “bom jornalismo” como uma vertente chamada de “jornalismo do bem”, voltada exclusivamente a divulgação de fatos positivo. A pesquisadora argumenta que este tempo de jornalismo vem sendo muito comum nos veículos de comunicação que trabalham o conceito de responsabilidade social e publicam informações em tom de “leveza”.

jornalística, sobretudo no Brasil. E esta lógica de mercado impõe aos profissionais a necessidade de se adequarem ao perfil de produção seriada de notícias.

Em sua tese de mestrado, Salviano (2009) traz uma perspectiva crítica sobre a prática do civic journalism, que começou com a criação de um centro de estudos específicos sobre o tema, em 1994, em Washington, chamado de *Pew Center of Civic Journalism*, que mais tarde veio a ser denominado como *J-Lab: The Institute for Interactive Journalism*. Em 1995 o Instituto encabeçou estudo que trouxe algumas máximas a serem superadas pelo civic journalism, com a finalidade de melhorar seu desempenho.

O dead line⁷ foi visto como um dos fatores que dificultam a aplicação do referido enquadramento. Outra dificuldade observada relaciona-se às linhas editoriais que se pautam apenas em sensacionalismo e conflitos, sem o destaque de elementos positivos. O estudo também criticou o direcionamento das perguntas nas entrevistas que, ao invés de motivar o levantamento de dados, eram direcionadas para comprovar ideias pré-concebidas, além do fato de os jornalistas não ouvirem seus entrevistados com a devida atenção. Por fim, o estudo também apontou o comportamento pouco ético de alguns profissionais.

Considerações finais

Conforme apresentamos, o jornalismo público vem ao encontro de um dos preceitos básicos do jornalismo, que é o compromisso com a transformação social. Neste ínterim, a práxis jornalística caminha lado a lado com a população, conhecendo seus dilemas e demandas e, sobretudo, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida. Um jornalismo que sirva de referência para a edificação de uma sociedade mais crítica, que tenha informações suficientes para fazer valer o exercício da cidadania e, principalmente, cobrar dos representantes do poder público melhorias das condições. Um dos desafios para o modelo de jornalismo vigente é a superação de alguns dogmas sacralizados no processo de construção de notícias.

Ao estudar sobre os critérios de noticiabilidade, Silva (2005) realiza uma sistematização dos mesmos, a fim de refletir sobre os valores-notícia. Para a autora, os

⁷ Significa o horário-limite das redações para que os conteúdos sejam finalizados para a edição seguinte.

critérios começam na própria seleção de temas a serem transformados em informação, cabendo ao seletor, no caso o jornalista, superar fatores como julgamento próprio, influências organizacionais, sociais e culturais. Estes elementos incidem sobremaneira no direcionamento que o jornalista dará aos fatos que notícia. E, citando Vicent Campbell (2004), a autora salienta que “os valores notícia determinam a seleção dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, a seleção de fatos noticiosos também determina os valores-notícia” (SILVA, 2005, p. 106). Neste sentido, podemos pensar que uma mudança de mentalidade relativa aos critérios de noticiabilidade é um importante caminho para se fazer valer uma prática jornalística que, de fato, esteja a serviço do povo.

Observa-se que, no Brasil, o jornalismo público dá seus primeiros passos no jornalismo regional. Ainda que os jornalistas desconheçam o conceito e suas demandas, observa-se em algumas coberturas a aplicação de preceitos do jornalismo público. O estudo de Salviano (2009), por exemplo, analisou a aplicação deste modelo jornalístico no *Jornal de Jales*, periódico semanal desta cidade localizada no interior do Estado de São Paulo. Dentre os argumentos que a autora traz em sua pesquisa, está o fato de que a contextualização dos fatos é um fator fundamental para que o público compreenda as questões em sua totalidade e, com isso, tome partido da situação. Para tanto, direcionar o critério de noticiabilidade para oferecer a pluralidade de vozes e pontos de vista é fundamental.

Não basta só citar o acontecimento. É preciso explicá-lo ao leitor e, por isso, contextualizá-lo. Torna-se necessário produzir textos completos – e não necessariamente sempre complexos – capazes de expor o histórico, as causas e as consequências dos problemas, mostrando casos que, em outras localidades, foram tratados de determinadas formas. E também expor como as outras comunidades resolveram suas questões para que os leitores também possam escolher, depois de informados, qual a melhor solução para a sua comunidade. É o que no jornalismo cidadão chama-se de “abraçar” causas sociais (SALVIANO, 2009, p. 120).

Ribeiro (2004) também pesquisou os efeitos do jornalismo público na mídia regional do Estado de São Paulo, especificamente com um estudo de caso acerca do jornal *Folha da Região*, de Araçatuba, cidade do interior paulista. O objetivo da autora foi apresentar até que ponto a mídia regional contribui com a construção da cidadania.

Por meio da análise de dois blocos de reportagens do referido jornal, referentes à série “Meninos e Meninas”, de 2002, e às matérias publicadas em 1990, a pesquisadora concluiu que o veículo privilegiou informações de interesse local e afirma:

Os meios de comunicação participam da, ou influencia a, construção da realidade econômica, política e cultural da sociedade. Na imprensa regional, esse processo envolve direta e indiretamente as comunidades locais. Dito de outro modo, o jornal local tem função mediadora ao transmitir os problemas dos representados aos representantes e cobrar, a partir daí, alguma posição ou decisão do poder público (RIBEIRO, 2004, p. 178).

Com relação aos grandes veículos de comunicação, consideramos como desafio a aplicação de preceitos de um jornalismo público. Alguns sinais mostram que empresas como a Folha de São Paulo, por exemplo, caminham nesta direção. O jornal foi pioneiro, no Brasil, ao implantar, em 1989, a figura do ombudsman: um profissional que avalia criticamente as coberturas do próprio veículo, sendo o mediador entre a empresa e o público. Nas palavras de Fernandes (2008, p. 124), o “ombudsman pode ser visto como um excelente ponto de partida para a implantação de uma linha de civic journalism no Brasil”.

Na medida em que atua como ouvinte do público do veículo, uma das funções do ombudsman, além de estimular a qualidade técnica do jornal, é orientar as coberturas tendo como base o impacto que as mesmas geram nos receptores das informações.

Além destas contribuições práticas que o jornalismo público pode oferecer aos veículos jornalísticos, podemos concluir que também se trata de uma área promissora no que tange às pesquisas científicas na área da comunicação. Seus preceitos são grandes aliados de metodologias como análise de conteúdo, de enquadramento e de discurso, fornecendo uma nova perspectiva para os estudos comunicacionais. O presente estudo abre possibilidades para estas pesquisas, capazes de fomentar uma nova lógica no processo de produção noticiosa.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **Jornalismo cidadão**. Estudos históricos: Rio de Janeiro, nº 31, p. 25-40, 2003.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 4º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Márcio. **Civic journalism: haverá um modelo brasileiro?** Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1998.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1982.

PERSIGO, Patricia Milano. **Os silêncios de ZH: o jornalismo público (des)coberto**. Estudos em jornalismo e mídia. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Universidade Federal de Santa Catarina-SC, v. 13, n. 2, p. 56-65, 2016. Disponível em: <goo.gl/z1ebjP>. Acesso em 25/04/2018.

RIBEIRO, Juliana Colussi. **Jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da Folha da Região de Araçatuba**. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP de Bauru: São Paulo, 2004.

SALVIANO, Ayne Regina Gonçalves. **O civic journalism como estratégia comunicacional nos veículos impressos do interior de São Paulo: o caso do Jornal de Jales**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2009.

SOARES, Murilo César. **Jornalismo e cidadania, em duas abordagens**. Compós, nº 17, São Paulo, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario (Org.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

URE, Mariano. **A função pública do jornalista: da imparcialidade à coesão social**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Universidade Federal de Santa Catarina-SC, v. 5, n. 2, p. 113-128, 2008. Disponível em: <goo.gl/f8qixJ>. Acesso em 20/04/2018.